



Universidade de Brasília

Faculdade de Planaltina

Jonathas Felipe Aires Ferreira

**A Economia Solidária na Comunidade Tradicional do Moinho em
Alto Paraíso/GO**

Planaltina – DF

2013

Jonathas Felipe Aires Ferreira

**A Economia Solidária na Comunidade Tradicional do Moinho em
Alto Paraíso/GO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Gestão
Ambiental, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Gestão
Ambiental.

Orientador: Dra. Tânia Cristina da Silva
Cruz

Planaltina

2013

Ferreira, Jonathas Felipe

A Economia Solidária na Comunidade Tradicional do Moinho em Alto Paraíso/GO / Jonathas Felipe Ferreira. Planaltina – DF, 2013. 39 f.

Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientadora: Tânia Cristina da Silva Cruz

1. Economia Solidária. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Mulheres. 4. Moinho. 5. Comunidade Tradicional. I. Ferreira, Jonathas Felipe. II. Título

JONATHAS FELIPE AIRES FERREIRA

**A Economia Solidária na Comunidade Tradicional do Moinho em Alto
Paraíso/GO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Gestão Ambiental, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Gestão Ambiental.

Orientadora: Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz

Brasília, 26 de Julho de 2013

Banca Examinadora

Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz

Msc. Carolina Lopes Araújo

Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a minha esforçada e paciente mãe por me aguentar e a minha generosa avó, pessoas de grande força de vontade e que sempre estiveram ao meu lado para sanar minhas necessidades, corrigir minhas inadequações, sobretudo me respeitar como sou, não permitindo que em nenhum momento me faltasse qualquer coisa.

Agradeço a minhas amigas de faculdade e da camaradagem, Amanda Nunes, Mabby Camarda, Taiane Pereira, Daylane Rosa, Lauryane Monteiro, Daiane Ricarda, Valéria Carvalho, Samara Martins, Samara dos Anjos, Pollyana Otánasio e por fim ao Pedro Henrique por todos os momentos que vivenciamos, as discussões, zoações entre nós e a amizade colorida que espero que permaneça.

Agradeço a minha turma de gestão ambiental pelo clima contagiante, momentos de estudo e apreensão com o desfecho do semestre, aos momentos de inquietação frente a dificuldades.

A minha maravilhosa e brilhante Professora Tânia Cristina Cruz pelo seu empenho, luz própria, seu modo cativante de ser, sua simpatia incomparável sempre disposta a ajudar os seus alunos no que fosse, sem em nenhum momento esperar retorno pelos seus gestos solidários.

Parabenizo e fico grato por todos os professores de Gestão Ambiental por serem tão gentis e humanos, sempre dispostos a atender sem cerimônias ou burocracias. O empenho de cada um com objetivo em ajudar no que fosse preciso.

Ao povoado do Moinho por abrir seu coração, suas moradias, seu tempo em prol desta pesquisa. A disposição de cada um deles em colaborar ativamente em cada etapa deste artigo.

Por fim a todos que de forma direta ou indiretamente colaboraram para que esta pesquisa chegasse ao seu estágio final.

A todos você, meu *Merci Beaucoup*.

A Economia Solidária na Comunidade Tradicional do Moinho em Alto Paraíso/GO¹

Resumo

Esta pesquisa objetiva identificar os possíveis elementos de uma economia solidária ambiental na comunidade rural do Moinho em Alto Paraíso – GO. O problema por trás deste trabalho é se há meios locais para o começo de uma economia solidária para minimizar a situação excludente e desigual dos nativos. A região tem potencialidades a qual podem constituir um veículo para melhorar a qualidade de vida dos habitantes. O objetivo geral é apontar e observar meios sustentáveis para a promoção do bem estar coletivo destes em comunhão com as ferramentas da economia solidária. Identificar a necessidade de investimentos em infraestrutura para reconhecimento cultural local e os motivos para ainda estarem no povoado são os objetivos específicos deste artigo. A metodologia usada foi o uso de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, aplicação de um questionário sem estruturado a três lideranças femininas da comunidade. Ainda sobre a coleta de dados também utilizou-se o recurso etnográfico e da observação participante, ambos registrados em diários de campo. Os resultados alcançados foram a identificação dos motivos dos nativos ainda permanecerem no povoado, a descoberta dos valores ambientais enraizados nos moradores em conjunto com a identificação dos possíveis elementos para uma economia solidária local.

Palavras Chaves: Economia Solidária, Moinho, Desenvolvimento Sustentável, Mulheres, Comunidade Tradicional

¹ Artigo Apresentado como atividade parcial para obtenção do grau de bacharel no curso de Gestão Ambiental na Faculdade UnB Planaltina.

Abstract

This research aims to identify the possible elements of a environmental solidary economy in a rural community of Alto Paraíso – GO. The problem behind this work is if there are local ways to initiate a solidary economy to minimize the exclusionary and unequal status of native. The region has the potential that can be a improvement to life quality of the habitants. The general goal is to point and observe sustainable ways to promote a collective welfare with economy solidary tools. Identify the need of investments in infrastructure to recognize their local cultural and the reasons for even being in town are the specific goals of this scientific paper. The methodology used was the Rural Participative Diagnosis, The semi-structured questionnaire application in three community female leaders. About the data collection, it was used ethnographic resource and participant observation, both registered in field notebook. The archived results were the environmental values identification rooted in residents with the possible elements identification to a local solidary economy.

Key-Words: Solidary Economy, Moinho, Sustainable Development, Women, Traditional Community

Lista de Figuras

Figura 1:	Mapeamento de cobertura vegetal do bioma cerrado	17
Figura 2:	Casca de Tingui	21
Figura 3:	Mapeamento Geográfico da comunidade do Moinho	25
Figura 4:	Casa da Dona Flor	26
Figura 5:	Local de Artesanato da Dirinha	28
Figura 6:	Horta Comunitária	29
Figura 7:	Horta Comunitária	32

Sumário

1	Introdução.....	10
2	Materiais e Métodos.....	11
3	A Economia Solidária.....	12
	3.1 Novos valores e práticas socioambientais para a sociedade.....	12
	3.2 Economia Solidária Ambiental Vs. Economia Tradicional.....	14
4	O Cerrado.....	16
	4.1 Abundâncias e Riquezas naturais para os Povos Tradicionais.....	16
	4.2 Coexistência pacífica entre Populações Tradicionais e a natureza....	20
	4.3 Ameaças.....	22
5	O Moinho – Estudo de Caso:.....	25
	5.1 Uma comunidade rural no coração da chapada.....	25
	5.2 Desafios e Vocações para o estabelecimento de uma economia solidária.	27
	5.3 A Horta Comunitária.....	31
	5.4 Empoderamento das mulheres da comunidade por meio da Economia Solidária ambiental.....	33
6	Discussão.....	35
7	Considerações Finais.....	36
8	Referências.....	37
9	Apêndice A.....	40

1 Introdução

A nossa sociedade atualmente é marcada por forte desenvolvimento econômico, tecnológico e predatório. Trata-se de um sistema econômico que é alimentado pelas injustiças, pela degradação e pelo consumismo.

Fruto desta inquietação, em meio ao desgosto que cercam as relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais de nossa sociedade, iniciativas populares baseadas na união, autogestão, cooperação, solidariedade e reciprocidade são a resposta das camadas insatisfeitas para a opressão a que estão sendo submetidas em sua realidade. A economia solidária é uma alternativa para os excluídos que se juntam para atender suas necessidades de maneira responsável, sustentável e equitativa. Para que isso ocorra é necessário o reconhecimento de que os povos tradicionais do Cerrado desempenham um papel crucial, não só na proteção dos recursos naturais, mas também são portadores de uma cultura local que os define no espaço que ocupam.

A comunidade tradicional do Moinho em Alto Paraíso de Goiás tem ao seu redor os elementos necessários para alavancar sua economia solidária local. Apesar das dificuldades vivenciadas por seus moradores, existe a oportunidade de instituir justiça social, redução das desigualdades em comunhão com o crescimento não somente econômico, mas sustentável, equilibrado e justo.

Em meio a este processo de repensar possibilidades produtivas e solidárias para a Comunidade de Moinho, é preciso destacar o papel social das mulheres locais possuidoras de fazeres e saberes repassados pela oralidade ancestral dos povos do Cerrado. Isto as tornam detentoras de conhecimentos tradicionais profundos que as possibilita gerar renda envolvendo a comunidade e os recursos naturais na qual o Moinho é tão rico. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é: a) apontar meios para promover o crescimento sustentável e saudável da comunidade do Moinho por meio das ferramentas da economia solidária ambiental. Os objetivos específicos são a) Identificar as potencialidades ambientais da comunidade; b) Apontar os valores ambientais apreendidos por meio das atividades tradicionais da comunidade

A inquietação que motivou esta pesquisa foi: há meios locais para o começo de

uma economia solidária que busque minimizar a situação excludente e desigual dos nativos?.

2 Materiais e Métodos

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia utilizada baseou-se em etnografia e observação participante realizados a partir de pesquisa de campo com duração de dois anos. Foram imagens, relatos, vivências e vozes que foram registradas em um caderno de anotações. Somou-se ao registro das observações², o uso das ferramentas de diagnósticos rural participativo – DRP³, levantamento bibliográfico e a aplicação de questionários nas lideranças femininas do povoado.

O roteiro tinha em consideração os aspectos de vida, as práticas tradicionais e sustentáveis da comunidade, as lideranças significativas do local e as dificuldades vivenciadas pelos nativos.

Aplicou-se um roteiro (Apêndice A) semi estruturado a três atrizes da comunidade, líderes locais que tinham maior capacidade de mobilização, Tal liderança advém do papel preponderante da fé na organização da Comunidade. As três entrevistadas são as pastoras em Moinho com forte influência sobre outros moradores. A título de registro etnográfico, as reuniões para debater questões relativas à comunidade ocorrem na instituição religiosa do lugar.

As hipóteses desta pesquisa foram: a) O investimento em infraestrutura colaboraria para a visibilidade dos atrativos sustentáveis locais; b) Os moradores ainda permanecem na comunidade pois se identificam com seus estilos de vida, suas práticas ambientais e conhecimentos tradicionais.

2 Observações realizadas na comunidade no período correspondente entre Outubro de 2010 e Dezembro de 2012.

3 O DRP – Diagnóstico Rápido Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam seu próprio diagnóstico e a partir daí, comecem a compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, afim de melhorar suas habilidades de planejamento e ação (VERDEJO, 2006).

3 A Economia Solidária

3.1 Novos valores e práticas socioambientais para a sociedade

A Economia Solidária é uma alternativa sustentável de geração de renda, empoderamento e subsistência para comunidades invisíveis ao poder público, pois se difere com características únicas em modos de produzir, consumir e se relacionar com os recursos e seus indivíduos. A Economia Solidária fundamenta-se em laços recíprocos de produção e solidariedade, especialmente em comunidades tradicionais como o do Moinho, uma comunidade tradicional localizada a 12km da cidade de Alto Paraíso com cerca de 200 moradores da qual vivem de atividades informais e tradicionais. onde há uma rica vegetação e belezas cênicas - que podem propiciar o desenvolvimento de uma economia solidária ambiental local.

A ES surge como modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativa ao capitalismo, integrando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção, distribuição e sustentabilidade do meio natural (CRUZ, 2006). A lógica da ES é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas num processo de seleção que teima em querer ser visto como natural.

A ES é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra a lógica perversa do capitalismo dominante. Concentra-se na organização de trabalhadores em prol de projetos cooperativos, que vão desde unidades produtivas autogestionárias, ou pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, a diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito; entre outras tantas experiências que têm em comum a geração de trabalho e renda de forma mais justa, solidária e sustentável, extinguindo desta forma a maximização do lucro como fim maior e substituindo a máxima: “quanto mais tenho, mais quero” por “o necessário, mas para todos” (SANTOS, 2010).

A qualidade de vida da sociedade, a divisão igualitária e justa da renda, o consumo responsável e consciente, o desenvolvimento sustentável e a eliminação das desigualdades sociais também são preocupações fundamentais da economia solidária.

Como aponta MANCE (2005:23):

O seu objetivo principal é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviços, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Essas práticas enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, autossustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Enfim operam sob formas de colaboração solidária.

Trata-se de uma economia focada nas camadas desfavorecidas e excluídas do capitalismo. Propõe uma articulação, visibilidade e empoderamento dos envolvidos para que se tornem os agentes de transformação da sua própria realidade, bastando que se organizem para que assim possam proporcionar o desenvolvimento almejado para sua comunidade com promoção de um consumo consciente e crítico; reflexão a respeito do impacto das aquisições nos meios naturais, na cadeia produtiva e em seu próprio meio (MANCE, 2005).

Está no escopo da economia solidária o fomento do desenvolvimento sustentável por meio de ações visando a parcimônia nos usos dos recursos do ecossistema, a venda ou compartilhamento do excedente evitando o desperdício e a propagação da educação ambiental na realidade dos indivíduos locais.

O desenvolvimento sustentável é um dos princípios da economia solidária, que busca estabelecer novos valores nas relações humanas interpessoais e com o meio ambiente. A perspectiva é de estabelecer bases para uma sociedade mais humana, na qual haja equilíbrio nas relações de trabalho, nas decisões coletivas, nas formas de produção e na relação com a natureza, na qual a prioridade seja o bem estar coletivo, superando o individualismo e a concorrência típicos da sociedade de mercado que se estabelece a partir da desigualdade de classes, da exploração do trabalho alheio e da prioridade do lucro (GRITO, 2013).

É importante salientar que este artigo foca-se em discutir a possibilidade de inserir as mulheres da própria comunidade na gestão local de seu povoado.

Com a invisibilidade que lhes é conferida por dedicarem-se aos afazeres domésticos e cuidado com a prole, acabam por desempenhar uma atividade sem reconhecimento, sem valor e consequência de um modelo patriarcal-machista que

as negou o direito ao estudo, políticas públicas femininas rurais e inclusão social.

3.2 Economia Solidária Ambiental Vs. Economia Tradicional

A economia capitalista é caracterizada pela produção e posse dos meios de produção pelo capitalista. Isso, também, o uso de força do trabalhador para gerar produtos e serviços que possam ser amplamente comercializados com foco no mercado e visando a maximização do lucro. Vale lembrar que este sistema econômico nasceu após o declínio do feudalismo que anteriormente era vigente na idade média e em praticamente toda a Europa e logo não atendia as necessidades emergentes da época.

Segundo (GAIGER, 2003:187) O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias e de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção.

Com advento dessa economia logo se instituiu um modelo de competição aliado a um processo de desigualdade em nossa sociedade contemporânea. Inicialmente os que detêm as vantagens são os que apresentam maior concentração de bens e recursos.

O capitalismo acaba por promover a distinção e segregação entre duas classes: a mais afortunada detentora dos recursos e meios de produção e aquela que unicamente se vale destes recursos para produzirem o que foi previamente determinado por seus proprietários.

Como afirma (SINGER, 2003:17):

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. O

capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Em contraposição à economia capitalista, a Economia Solidária promove igualdade entre os que trabalham e mantêm uma empresa solidária. Todos são detentores dos recursos e são corresponsáveis pelos sucessos, decisões ou dívidas contraídas por suas deliberações. Nesta estrutura, os trabalhadores passam a colaborar, consumir e comercializar diretamente para que toda a cadeia produtiva tenha sucesso.

As empresas capitalistas tem uma gestão fundamentada na hierarquia. Neste sistema existem diversos níveis de cargos dentro de uma companhia em que os cargos com maior remuneração e qualificação recebem os maiores salários. Esta gestão é definida como heterogestão, na qual ocorre predominantemente a concentração de informações e decisões estratégicas, sem que os empregados tomem conhecimento ou influenciem nas escolhas dos seus gestores.

Uma companhia solidária é regida por participação colaborativa de todos os seus funcionários. Quando o assunto é de grande relevância dos empregados, estes são consultados através de assembleias para votarem a respeito de um tema. Decisões de menor magnitude são resolvidas entre os gestores de cada departamento. Neste modelo as informações transitam entre os associados a fim de participar-lhes qualquer informação.

[...] É um modelo que não entra em confronto direto com o sistema capitalista, não tem por objetivo imediato uma articulação política revolucionária, entretanto numa perspectiva de “revolução silenciosa” a economia solidária além de oferecer oportunidades de trabalho e renda àqueles que estão à margem das relações de produção e do mercado de trabalho, tem a capacidade de formar um novo *ethos* social com bases na equidade e democracia, proporcionando, desta forma, nova forma de sociabilidade (Morais, 2010:550).

Há também o papel transformador que a economia solidária tráz para a vida dos sujeitos: aqui se privilegia o crescimento mútuo, os laços de afetividade e sobretudo a solidariedade em detrimento do consumismo e da insustentabilidade do

modelo produtivo atual.

Essa gestão solidária, para tornar-se eficiente e bem sucedida, necessita de que todos os seus associados se preocupem com a cooperação para atingir um objetivo em comum. E, entretanto, pode vir a ser desgastante em momentos de conflito, reuniões, desentendimentos em que se requer maior esforço dos seus colaboradores e co-gestores.

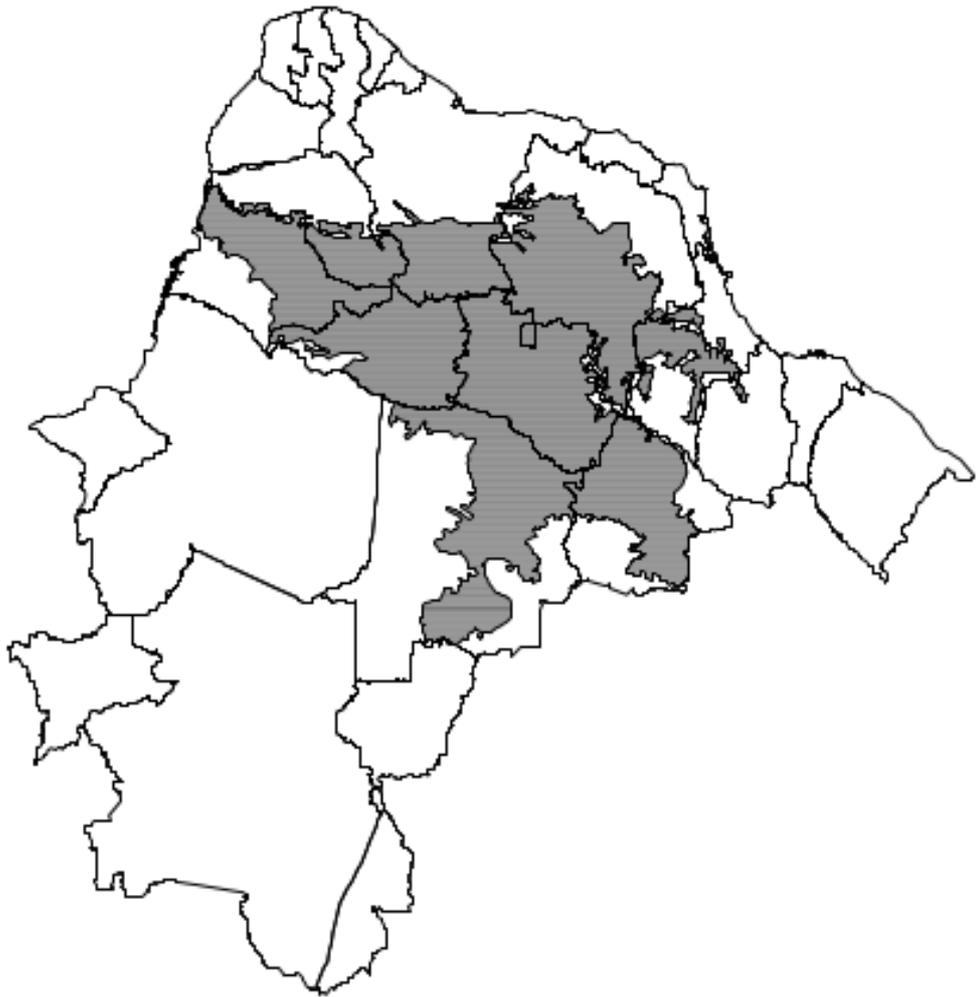
4 O Cerrado

4.1 Abundâncias e Riquezas naturais para os Povos Tradicionais

O Cerrado é um dos mais importantes biomas do Brasil. Nele são encontrados uma rica biodiversidade em fauna e flora, em que diversos povos tradicionais se beneficiam e convivem harmoniosamente para manutenção de suas atividades e sua sobrevivência (SARAIVA, 2012).

Sabe-se hoje que o Cerrado é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta e cobre 25% do território nacional. Estimativas apontam mais de 6.000 espécies de árvores e 800 espécies de aves, além de grande variedade de peixes e outras formas de vida. Calcula-se que mais de 40% das espécies de plantas lenhosas e 50% das espécies de abelhas sejam endêmicas, isto é, só ocorrem nas savanas brasileiras. Devido a esta excepcional riqueza biológica, o Cerrado, ao lado da Mata Atlântica, é considerado um dos “*hotspots*” mundiais, isto é, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta. O Cerrado é uma formação do tipo savana tropical, com extensão de cerca de dois milhões de km² no Brasil Central, com uma pequena inclusão na Bolívia. A fisionomia mais comum é uma formação aberta de árvores e arbustos baixos coexistindo com uma camada rasteira graminosa. Existem, entretanto, várias outras fisionomias, indo desde os campos limpos até as formações arbóreas (MMA, 2007).

Figura 1 - Mapeamento de cobertura vegetal do bioma cerrado



Fonte: Edital Probio 02/2004

Este bioma em sua composição apresenta vários tipos de vegetação, mata ciliar⁴, matas de galeria⁵, cerrado sentido restrito⁶, campo sujo⁷ e campo limpo⁸. Fatores climáticos, condições ambientais, nutrientes do solo, propensão a queimadas, proximidade do lençol freático e quantidade de água são fatores determinantes na vegetação da área.

Os povos tradicionais mantêm um estilo de vida modesto dentro do Cerrado. Deste bioma conseguem extrair diversos recursos para o atendimento de suas necessidades, manutenção dos seus saberes, replicação das suas crenças e o desenvolvimento de suas famílias.

Estas populações mantêm uma cadeia de extração dos recursos naturais, um conhecimento transmitido de geração para geração, intrinsecamente envolvidos com a natureza, pouca articulação econômico-política e ferramentas rudimentares com baixo impacto no meio em que vivem.

Segundo o Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, em seu 3º artigo, comunidades e povos tradicionais são definidos como:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Estas comunidades são caracterizadas segundo (DIEGUES; ARRUDA

4 Vegetação florestal que acompanha os rios de médio e grande porte, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Se diferencia da de Galeria pela deciduidade pela composição florística, o que é semelhante à da Mata seca, diferindo-se dessa pelo curso d'água.

5 Vegetação florestal que acompanha rios de pequeno porte e córregos formando corredores fechados (galerias) sobre o curso d'água. Subdivide-se em **não inundável** (onde o lençol freático não está próximo ou sobre o terreno) e **inundável** (mesmo na estação seca o lençol freático está próximo ou sobre a superfície do terreno)

6 Presença de estratos arbóreos e arbustivo-herbáceo definidos, com as árvores dispostas aleatoriamente em diferentes densidades.

7 Presença marcante de arbustos e subarbustos entremeados no estrato herbáceo.

8 Presença de arbustos e subarbustos é insignificante (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2011).

2001:26) como:

- Pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- Pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- Pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- Pela reduzida acumulação de capital;
- Pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- Pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- Pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos;
- Pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

A identidade e apego ao local dos ancestrais dificulta a inserção destas comunidades em políticas públicas. Estes indivíduos criam raízes, recontam histórias, replicam conhecimentos, costumes e não veem motivos para mudarem para uma realidade que não os contempla e que demanda dos mesmos uma readaptação.

Nota-se que os povos tradicionais têm em seu meio maneiras saudáveis e sustentáveis para se manterem e desenvolverem sua vivência em meio ao ambiente rústico do cerrado. Há qualidade de vida e longevidade desses povos:

Este estreito vínculo com o meio natural, traço marcante e identificador das populações tradicionais, revela um modo de vida construído a partir da dependência e simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais constroem o seu modo de vida; possuem conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral (SARAIVA, 2001:118).

4.2 Coexistência pacífica entre Populações Tradicionais e a natureza

As população presentes no cerrado conseguiram ao longo do tempo coexistir e viver em simbiose com a natureza. Mediante o uso dos conhecimentos tradicionais, conseguiram dar continuidade a sua sobrevivência, manejar o ambiente, conhecer a complexidade e funcionamento da fauna e flora e reproduzir seus estilos de vida a partir desta interação.

Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade foram gerados pela observação atenta da natureza e a experimentação criativa de mulheres e homens, ao longo das gerações. Gente que se dedicou a aprender sobre a natureza à sua volta para melhor viver. Identificaram plantas e deram nomes. Reconheceram os ambientes de morada dessas plantas: solo de que gostam, a água de que precisam, quais são, quais suas plantas vizinhas e amigas - afinal, há aquela que oferece sombra, enquanto outra areja a terra. Observaram e aprenderam sobre os ciclos de cada uma dessas plantas: como nascem e crescem: se mudam de casca, dão flores, sementes; a quem alimentam: cotias, lobos-guará, perdizes. Com base em tanta observação, logo reconheceram funções entre as plantas e, por analogia, lançaram-se também em experimentos, de frutos, raízes, cascas e sementes para a feitura de um tudo; de alimentos a remédios (SARAIVA et al, 2012:17).

A sustentabilidade está intrinsecamente relacionada com os processos de extração de recursos naturais, coleta de sementes, conseqüentemente o não uso de agrotóxicos, pois o mal uso acarreta em conseqüências para a vida humana e para o meio natural.

Não se deve esquecer a proteção destas comunidades em torno dos recursos naturais que são fontes econômicas e financeiras para setores estéticos, alimentares, culturais, medicinais, concluindo assim a conservação da biodiversidade e a valoração das práticas sustentáveis destes povos. No entanto, convém alertar para o não reconhecimento e devolução a estas comunidades quando é encontrado ou desenvolvido algum medicamento ou produto tendo como base um conhecimento secular.

Quando falamos de preservação, reconhecer o trabalho das mulheres nestas localidades é fundamental. Os saberes femininos intimamente se relacionam com a conservação, apego e manuseio sustentável do meio ambiente. Com estas

atribuições as mulheres trazem como retorno para a comunidade o aprendizado recebido, o cultivam e repassam para as futuras gerações. Pertence a estas mulheres saberes e ocupações referentes a fazeres que retornam como renda para a família (CRUZ et. al, 2012).

Por exemplo, o feitiço do sabão do Tingui (SARAIVA et al, 2012) com suas propriedades medicinais e terapêuticas da comunidade do Moinho é uma tarefa feminina em que são observados os períodos de coleta, a forma do plantio e a preservação da semente em seu estado natural. É uma prática difundida por meio da oralidade, uma das formas de expor as riquezas e peculiaridades do povoado.

Figura 2 - Casca de Tingui



Fonte: Elaboração Própria– Trabalho de Campo (28/06/2013)

O artesanato, a produção de produtos tendo como base plantas endêmicas da região, o extrativismo, plantações como a horta, o roçado. Estas são práticas tipicamente de mulheres, carregando em si preocupações comunitárias,

Na comunidade do Moinho para efeito de exemplo as práticas ambientais se encontram arraigadas na forma de produção e consumo do povoado. A horta comunitária é orgânica, realiza-se compostagem, reaproveitamento de alimentos e produção de ervas medicinais.

A parcela da população mais pobre da região, que não tem acesso a tratamento médico-hospitalar, utiliza ervas medicinais, em forma de

“garrafadas” - mistura de várias espécies de raízes, próprias do cerrado – para os cuidados com a saúde, quando é o caso de resfriado, dor de cabeça, dor de cabeça, sífilis, anemia, depuração sanguínea, entre outros. Algumas dessas raízes são popularmente conhecidas como, por exemplo, tiborna, negro-mina, tiú, bata de pulga, fedegoso, batatinha cigana, batata maruleite, coroba, boldo. Somente em casos graves, os doentes deslocam-se para Brasília, onde receberão assistência médico-hospitalar (SILVA, 1998:213).

A convivência diária com o cerrado providenciou a estes habitantes rústicos conhecimentos específicos sobre cada ser habitante deste bioma, proporcionando experiências únicas de diferentes maneiras, aguçando seus sentidos e moldando seu modo de viver.

4.3 Ameaças

Os estilos de vida das populações tradicionais incluindo o bioma em que estão inseridas se encontram ameaçadas pela expansão da pecuária, agricultura, a degradação das suas fontes naturais para sua subsistência. Atualmente, os seus códigos, cultura, especificidades culinárias, expressões religiosas estão relacionadas com o ambiente em que estão. O resultado desta perda de identidade resulta principalmente na descaracterização dessas populações assim como a perda de diversidade em que nosso país se encontra em grande evidência.

A mecanização do campo em conjunto com tecnologias transgênicas, agrotóxicos entre outros trouxe ao nosso século um desenvolvimento e rendimento agrícola anteriormente nunca visto. Desta forma os agricultores conseguiram atingir margens de lucro maiores, expandir sua produção para novas terras e o atendimento a novos mercados. Este modelo economicamente falando é produtivo, porém causam impactos no ambiente, muitas vezes tornam a própria terra improdutivo, eliminando as chances de sobrevivência nesta localidade.

A erosão, a infertilidade do solo, as pragas em uma monocultura, a desertificação, a perda de biodiversidade e a contaminação dos recursos hídricos são exemplos de agravantes de um problema de cunho ambiental restritamente aumentado pelo preparo deficitário nos cuidados com o solo, desrespeito a legislação vigente de proteção a biodiversidade e aos povos do cerrado.

No tocante às populações tradicionais é necessário prestar a valorização e inclusão social das mesmas. As nova gerações, com os deslumbramento de novas tecnologias, a inserção de estrangeiros, ausência governamental e a perda dos espaços para reproduções sociais, acaba por agravar o êxodo destes jovens para as cidades em busca do atendimento dos seus anseios, melhor capacitação profissional e ascensão social. Todavia, isto desencadeia o esquecimento de suas raízes, perda de identidade, dos seus costumes e culturas ancestrais.

Como afirma (NOGUEIRA, 2011:45),

[..] A exiguidade de terras, somada à crescente degradação ambiental, tem impossibilitado a grande parte dos Povos do Cerrado reproduzir seus meios de vida sustentáveis, o que contribui para o êxodo, sobretudo entre os mais jovens - ao meu ver, uma das faces mais evidentes da relação entre biodiversidade e sociodiversidade entre populações tradicionais, ou de como as formas particulares de uso e representação desses saberes e fazeres particulares, a cultura frequentemente é profundamente abalada e os laços sociais do grupo enfraquecidos. A queixa em geral, do Mato Grosso do Sul ao Piauí, da Bahia ao Mato Grosso, é de que a saída dos jovens, ocorrem perdas severas da memória social e das práticas (produtivas, religiosas e festivas) que são peculiares ao grupo. Fácil entender: se os ciclos de coleta não acontecem mais, as atividades festivas e religiosas associadas a eles, pouco a pouco também perdem o sentido. Os que vão para a cidade perdem, assim, parte da memória dos códigos de sua cultura de origem, enquanto os mais velhos temem o esfacelamento da comunidade se esses códigos se perdem nas brumas de tempos idos.

Os desentendimentos entre estas populações e o avanço agrícola com sua consequente degradação ambiental provocam o cerceamento da liberdade, munindo a capacidade da comunidade em prosseguir com suas reproduções sociais e ambientais.

De todo modo, num bioma já largamente devastado, não raramente, as poucas áreas de Cerrado em pé são mantidas por comunidades (que se enunciam ou não como tradicionais), povos indígenas e quilombolas. O *encurralamento* é uma realidade para todos, mesmo para aqueles que já delimitaram parte de seu território. Estão cercados por fazendas de soja, canaviais ou maciços de eucalipto, por todos os lados. Por isso, as terras logo se tornam insuficientes para reprodução dos meios de vida sustentáveis dessas populações, antes habituadas a tirar proveito de diferentes ambientais – gerais e veredas, áreas de coleta e caça, combinadas a área de moradia e plantio, em verdadeiros sistemas agroextrativistas (NOGUEIRA, 2011:44)

As comunidades tradicionais sofrem com carência de recursos, estão marginalizadas socialmente e invisíveis perante o Estado. Estas situações desencadeiam serviços públicos deficientes, desvalorização da cultura local, esquecimento das práticas ancestrais, assim como a entrada de indivíduos que trazem ajuda para estes povos.

Entretanto estes novos habitantes não têm o mesmo acesso de informação que os nativos, isto infelizmente facilita a chegada de pessoas possuindo intenções “nobres” que se aproveitam da vulnerabilidade da comunidade ao ofertar serviços gratuitos. Assim conquistam o povoado que oferece como retorno suas forças de trabalho em reconhecimento pela ajuda oferecida. Há indivíduos na comunidade que desenvolvem laços de confiança e afetuosidade com visitantes que permanecem no povoado. E como forma de retribuição à colaboração que o recém chegado oferece a este nativos, muitos desenvolvem uma relação danosa com este novo membro, desconhecendo os malefícios causados por uma relação em que apenas o novo morador é beneficiado.

Esta situação unicamente aprofunda a situação desigual e desfavorável para estas comunidades e não melhora a vida destas pessoas que trocam sua força de trabalho por recursos financeiros. A carência de recursos básicos e as necessidades destas populações são distintas do que a dos visitantes.

Um dos alicerces da economia solidária é a solidariedade:

Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras (ATLAS, 2005:12)

A situação dos habitantes da região os coloca a margem dos seus direitos, o desconhecimento da CLT, não melhora sua qualidade de vida e subaproveita as capacidades da força de trabalho permitindo a subvalorização em que se encontram.

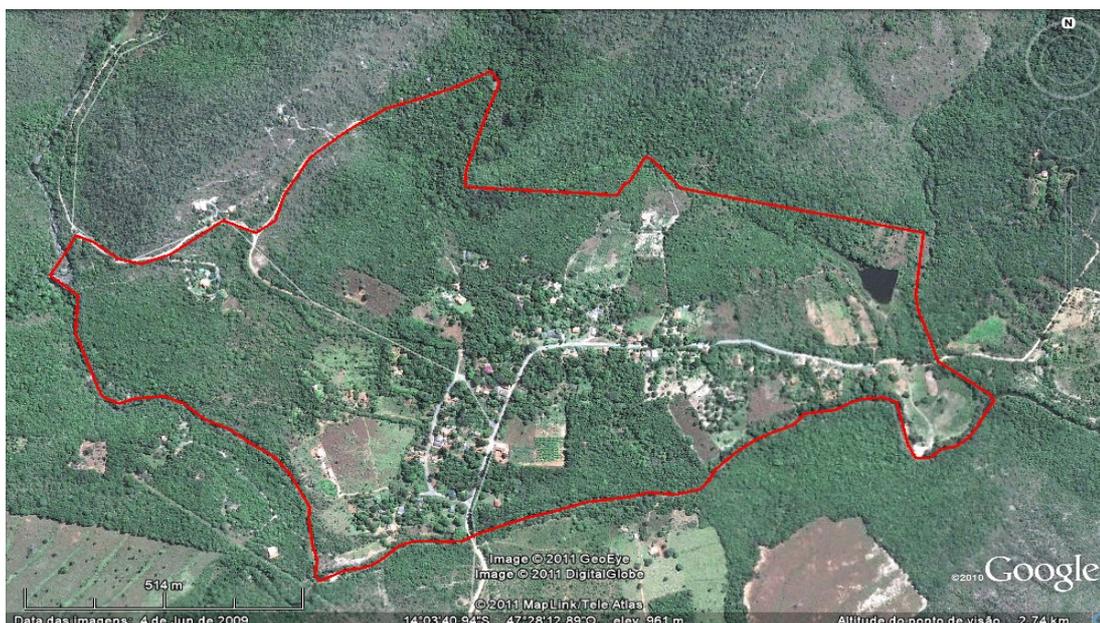
5 O Moinho – Estudo de Caso:

5.1 Uma comunidade rural no coração da chapada

O nome do povoado, Moinho, adveio da imensa fazenda da região que se chamava originariamente Campo do Meio, do fazendeiro João Bernardes Rabelo proprietário que foi descrito como autoritário por alguns moradores. A fazenda abrigava um moinho de engenho de trigo, engenho este que deu o nome ao povoado.

O povoado do Moinho situa-se às margens do Rio Bartolomeu, a 12 km do município de Alto Paraíso de Goiás, onde vivem cerca de 200 pessoas. (SILVA, F. D. M, 2011).

Figura 3 - Mapeamento Geográfico da comunidade do Moinho



Fonte: SILVA, F. D. M, 2011 - Delimitação do território e corpos d'água.

Dentro da comunidade há o cultivo de diversas plantas medicinais para muitos tratamentos e doenças que aparecem na comunidade. Com um sistema de saúde ausente, se faz necessário o uso de xaropes, garrafadas e chás. Muitos vão em busca destes tratamentos alternativos para ter um atendimento mais humanizado.

A principal expoente desta medicina tradicional no Moinho é a Dona Flor:

Nascida em 2 de Fevereiro de 1938, na Fazenda Santa Rita, é moradora do Povoado do Moinho há mais de meio século. Conhecida por suas garrafadas milagrosas e por ter realizado centenas de parto, a fim de que o conhecimento perdure e continue atendendo às necessidades de quem busca o tratamento alternativo (LARANJEIRA et al, 2012:8).

Figura 4 - Casa da Dona Flor



Fonte: Elaboração Própria - Trabalho de Campo – 28/06/2013

O meio ambiente do povoado foi modificado pelo povoado local. Há muitos jardins particulares, as construções evitam o maior impacto possível. Em suas hortas individuais ou comunitárias não se usam defensivos agrícolas. Ainda preserva-se a produção de sementes crioulas⁹. Estas são livres para serem usadas, cultivadas, distribuídas como bem entendem os seus donos. Em um nível maior de liberdade de não ficar refém de uma corporação, escravo de suas patentes e de todos os seus produtos decorrentes daquela semente geneticamente modificada.

[...] A alimentação no povoado é bastante diversificada e baseada em alimentos plantados e extraídos ali mesmo. Entre os locais estão: hortaliças, frutas, feijão, mandioca e milho. As frutas mais citadas na pesquisa são jaboticaba, abacate, abacate, jaca, laranja, limão, manga, caju, banana, condessa, acerola, mangada, mexerica e graviola. Além dos alimentos cultivados na comunidade, há extração de plantas nativas do cerrado, como mangaba, gueroba, biriba (coco) e araticum. Com relação aos alimentos fora, estão entre os mais consumidos pelas famílias [...] arroz, macarrão,

⁹ Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc (TRINDADE, 2006)

óleo, farinha de trigo, sal, açúcar e molho de tomate (LARANJEIRA et al, 2012:15-16).

A comunidade é bem receptiva a visitantes, oferece serviços como alimentação e acomodações, desde que marcados com antecedência. Existe um fluxo migratório de estrangeiros a procura de uma vida mais saudável e um diferencial em sua vida em comunhão com a natureza.

5.2 Desafios e Vocações para o estabelecimento de uma economia solidária

A economia solidária para se consolidar como estratégia de desenvolvimento econômico, social, ambiental no Moinho apresenta-se como desafio. Este modelo econômico preconiza uma mudança de valores e comportamentos nos indivíduos. Entretanto, para haver êxito, é necessária conscientização do povoado a respeito do papel transformador da economia solidária ambiental local. O sistema econômico vigente implícita e explicitamente está envolvido na vida diária das pessoas, o capitalismo promove o consumo em detrimento da criticidade e avaliação do ato individual em si. O estímulo do *ter é maior que o ser*. A mídia reforça a todos os instantes a necessidade de obtenção de bens, todavia não estimula a discussão e questionamentos a respeito da real necessidade de mais objetos sem ter destinação para os mesmos.

Capacitação profissional se faz necessário para que os componentes da comunidade possam gerenciar por si mesmos toda a estrutura de uma associação/cooperativa. Geralmente, os interessados nestes empreendimentos solidários tem um nível de escolaridade aquém ao exigido.

O pouco acesso a escolarização interfere ainda na compreensão de todos os elementos que constituem a gestão de um empreendimento (administrativos, contábeis, jurídicos, econômicos, políticos). Mesmo acessando a cursos técnicos e retornando aos bancos escolares o aprendizado é processual e não acompanha as exigências e o ritmo do mercado. Neste sentido as assessorias são fundamentais e garantem a viabilidade dessas iniciativas (OLIVEIRA, A. L, 2004:82).

A exigência elevada do mercado para estas iniciativas solidárias pode ser considerado um entrave. É necessário haver uma qualidade na produção,

competição, produtividade, já que estas associações estarão competindo diretamente com empresas no mesmo ramo.

[...] Mesmo que a produção seja autogestionária, solidária, “da porta para fora” os empreendimentos encontram as exigências de qualidade, produtividade, competitividade, eficiência e eficácia próprias do mercado capitalista (OLIVEIRA, A. L, 2004:80).

Para o povoado torna-se necessário o trabalho ativo para informar a população das potencialidades que existem em seu meio e para que os integrantes locais se tornem agentes da própria transformação. Os conhecimentos tradicionais presentes são uma grande oportunidade. Além de poderem usufruir e comercializar sustentavelmente, é possível melhorar a realidade social, econômica, política da localidade onde vivem.

Há muitos recursos naturais locais a qual podem gerar renda e melhorar as condições de vida dos moradores da região:

- Com a jabuticaba é possível a geração de vários produtos: geleias, sucos, vinhos e licor. O interessante desta planta é a geração entre as estações no verão e na primavera, dependendo das condições do solo e água;
- Com o artesanato local, o crochê, os bordados e o tricô temos os ensinamentos e encontros seculares nos pontos de linha produzidos ali mesmo no povoado;

Figura 5 – Local de Artesanato da Dirinha



Fonte: Elaboração Própria - Trabalho de Campo – 28/06/2013

- Com acesso deficitário aos serviços públicos da saúde, as mulheres nativas preparam a coleta e uso de ervas-medicinais, expoentes de uma medicina alternativa para males mais brandos, o que permite também a venda do excedente;
- O ecoturismo, como mecanismo educativo e didático proporciona momentos de convivência e lazer com paisagens de beleza natural, conscientização ambiental, alternativa ao artificialismo da sociedade moderna;
- A horta comunitária coletiva, com usos de práticas ecologicamente corretas e saudáveis para a alimentação familiar, o cuidado com a terra, continuidade do *savoir-faire*, resgate da cultura, tradição e identidade.

Figura 6 – Horta Comunitária



Fonte: Elaboração Própria - Trabalho de Campo – 26/07/2013

A comunidade do Moinho apresenta diversos problemas socioeconômicos relacionados à infraestrutura, renda, políticas públicas e falta de apoio governamental para subsidiar a promoção das atividades tradicionais geradas na região:

[...] Do Moinho a Alto Paraíso, não há meio de transporte, as pessoas fazem o percurso a pé ou utilizando carro puxado por bois e carroças puxadas por cavalos, quando os possuem, ou, ainda, pedem “carona aos hippies”. De Alto Paraíso para São Jorge há apenas um ônibus por dia. Essa ausência de transporte agrava a situação de isolamento das comunidades e não oferece condições para o escoamento da pequena produção agrícola. Dificulta ainda a organização de feiras, e as tentativas para realiza-las quase sempre fracassam (SILVA, C. B, 1997:215).

A população presencia o descaso dos serviços de saúde pública. Muitas das

enfermidades que surgem na comunidade podem ser solucionadas com ervas medicinais. A Dona Flor desenvolve garrafadas e xaropes que eliminam ou minimizam sintomas de algumas doenças comuns na comunidade como resfriados, gripes, dor de barriga.

A ausência de ofertas de trabalho na região leva os jovens do povoado a preferirem deslocar-se para outras cidades em busca de oportunidades profissionais. Eles não desejam dar continuidade às atividades tradicionais realizadas por seus pais e avós. Além disso, muitos alegam a existência deficiente de saneamento básico, escola e saúde funcionando regularmente no povoado. A título de exemplo, cada um trata individualmente os seus resíduos, gerando mais poluentes e colocando em risco a fauna e flora com queimadas de lixo:

Os sistemas de saúde se encontram restritos àqueles que podem pagar pelos serviços; a estrutura educacional, apesar de funcionar, não apresenta qualidade; o sistema de transporte não é implementado para que a população composta por pequenos produtores possa comercializar sua produção e, dessa forma, manter um certo nível de qualidade de vida, capaz de garantir sua reprodução social e cultural. (SILVA, C. B., 1997:220).

O lixo em decomposição pode causar malefícios para a comunidade assim como para o lençol freático com a contaminação por chorume. Esta substância é oriunda do lixo orgânico e tem caráter contaminante não podendo ser descartada levemente, mas devendo ser conduzida a um tratamento apropriado.

Nem tudo descartado é necessariamente lixo. Com a separação adequada do orgânico e inorgânico é possível dar vários usos para alguns materiais descartados. Muitas cascas de frutas e legumes podem gerar receitas e chás. A compostagem¹⁰ e o adubo orgânico nutrem o solo com os nutrientes necessários para o desenvolvimento satisfatório dos vegetais.

Constatou-se em muitos momentos a união entre os integrantes da comunidade: na tomada de decisões, causas comuns ou em momentos de necessidade. Por exemplo na construção de uma residência de um parente conhecido; na coleta, preparo e feitura da farinha de mandioca, no preparo e gestão da horta comunitária. Estas relações promovem laços de solidariedade e

¹⁰ A compostagem é um processo que pode ser utilizado para transformar diferentes tipos de resíduos orgânicos em adubo que, quando adicionado ao solo, melhora as suas características físicas, físico-químicas e biológicas (OLIVEIRA, A. M. G., 2005).

reciprocidade:

Hoje, podemos dizer que a palavra solidariedade designa, conceitualmente, uma nova maneira de pensar a relação indivíduo-sociedade, indivíduo-Estado, enfim, as relações da sociedade como um todo. A lógica da solidariedade aparece, então, como um discurso coerente, que não pode ser confundido com "caridade" ou "filantropia", e traduz, em um conceito mais amplo, uma nova maneira de pensar a sociedade, que está implicada em uma reciprocidade voluntária, que por sua vez produz uma dada ordem de solidariedade democrática (CRUZ, T. C. S, 2006:292).

Estes produtos produzidos e atitudes geradas sustentavelmente no Moinho os apresenta como expoentes de comportamentos ecologicamente corretos, dando visibilidade a suas práticas e valorizando a cultura ambiental local.

A implantação de uma economia solidária no Moinho significaria a valorização do trabalho, criatividade e esforço humano, empoderamento e ação para seus atores e atrizes sociais, o fomento e despertar para uma realidade sustentável por meios cooperativos ambientais. Esta economia não deve ser vista apenas como uma iniciativa geradora de renda, mas sim como resgate da cidadania, humanização do trabalho para fazer frente às desigualdades e marginalizações sociais, valorização do ser humano e reconhecimento das práticas ambientais.

5.3 A Horta Comunitária

A horta presente no Moinho proporciona aos seus moradores qualidade de vida, reprodução de hábitos saudáveis – uma vez que usam somente adubo orgânico para seu plantio - e o contínuo envolvimento da comunidade em prol da coletividade. Este espaço privilegia cooperação, descontração e a interação entre os vizinhos.

Figura 7 - Horta Comunitária



Fonte: Elaboração Própria - Trabalho de Campo

Muitas pessoas do Moinho não tiveram acesso a uma capacitação profissional, por isso estão envolvidas com atividades que não exigem, em um primeiro momento, muita profissionalização. A horta reduz a inércia, o desemprego e a informalização.

Anteriormente o espaço ocupado pela horta estava vazio e o fazendeiro cedeu o espaço para os interessados. Logo os participantes deram uma destinação útil e proveitosa para os consumidores dos seus produtos orgânicos.

A primeira contribuição da agricultura familiar, diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar; a função econômica da agricultura familiar é outra de suas contribuições. A função de geração de emprego, é ainda mais significativa; a função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia; Outra função atribuída à agricultura familiar, a sócio-cultural, significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade. Também é parte desse processo a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio-cultural (CRUZ, K. C. M. S, 2004).

A conscientização ambiental passa a fazer parte dos indivíduos, pois estão diretamente em contato com o cultivo da terra, a colheita, o preparo, o consumo e desta forma os aspectos ecológicos são assimilados por todos.

5.4 Empoderamento das mulheres da comunidade por meio da Economia Solidária ambiental

As mulheres da Comunidade do Moinho são tipicamente tradicionais, desenvolvem tarefas domésticas na maior parte do tempo. Fazeres como cuidar das crianças, lavar, passar, fazer a comida, cuidar da casa são frequentes em suas vidas.

Para se sobreporem a esta situação de subalternidade e não reconhecimento das suas atividades, a economia solidária proporciona a elas a eliminação da desigualdade e divisão dos papéis de gênero, a extinção da restrição ao acesso a informação, poder, controle e decisão sobre si.

A partir do escopo da economia solidária, que contraria a economia mercantil de produção em larga escala, pode-se apontar diferentes maneiras de melhorar a condição feminina nestas regiões (CRUZ, 2006). Trata-se de propor meios coletivos de produção e oferecer para estas mulheres da Comunidade do Moinho e Alto Paraíso de Goiás a oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades culturais e habilidades de modo a permitir que estas mulheres estabeleçam vínculos solidários entre si e adotem a gestão comunitária dos bens e produtos advindos deste bioma da área central do Brasil¹¹. (KUCHMANN, 1996; 2000 apud CRUZ, 2006).

A dupla jornada de trabalho e os afazeres domésticos a que são submetidas, acabam cerceando suas oportunidades em vida, obrigando-as a se ocupar de atividades sem remuneração e informais. Com esta configuração estas mulheres locais se comportam como chefes de família, determinando os acontecimentos dentro do lar e o homem sendo o provedor dos recursos.

O gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais (OLIVEIRA, A. L. *apud* LAGARDE, 1996:170).

¹¹ Historicamente os papéis de gêneros reforçados por nossa cultura e pelo modelo capitalista apenas segregou e renegou as mulheres a posições de inferioridade e submissão. Os melhores e maiores salários, cargos e remunerações acumulam-se no sexo masculino. Enquanto era/é negado a elas participar e compartilhar dos mesmos espaços.

Com um comportamento mais humanizado, vivenciado historicamente pelo sexo feminino, as mulheres conseguem distribuir proporcionalmente a renda gerada pelo seu trabalho entre todos os entes do grupo familiar e entre ambos os sexos. Aos serem inseridas em empreendimentos solidários, elas têm a chance de ascenderem socialmente e gerir estas iniciativas.

A transformação ocorrerá se elas desconstruírem paradigmas que as impedem de serem donas de si. Saírem da zona de submissão e de atividades estereotipadas como femininas e abraçarem o processo inclusivo do empoderamento.

O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. No que tange ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos. O empoderamento das mulheres se entrecruza com as dimensões de gênero, raça/etnia, classe, cultura, história. Defende o acesso a recursos, vantagens, informações, serviços e principalmente a participação das mulheres (OLIVEIRA, A. L, 2004; CRUZ, 2006).

Este processo as permite participar do processo decisório, de acreditar nos frutos de suas ações. De ter acesso a renda própria para o atendimento de seus anseios privados e de finalmente transpor atitudes conservadoras pautadas em clichês como "mãe de família".

Junto a trajetória de empoderamento está o potencial de conquista e luta pela cidadania, intimamente relacionado ao domínio de informações, a autovalorização como sujeito histórico e político, à participação, ao sentimento de pertença a um grupo, à vivência de experiências que coloquem em cheque o instituído, a subalternidade e a apatia (OLIVEIRA, A. L, 2004:76).

As atividades exercidas por elas hoje sem a valorização por parte da sociedade se constitui como remuneração para "complementação" da renda familiar. Ou seja, a feitura de artesanato, a coleta de sementes, o fazer de xaropes e tantos outros remédios caseiros não é reconhecido como trabalho na medida em que não são trabalhos feitos a partir de uma relação monetária, mas sim de relações de produção e cuidados familiares.

Em meio destas construções sociais estabelecidas, este processo de "tomar as rédeas de sua vida" entra em conflito com a cultura predominante, sendo necessário a mudança de mentalidade para a resolução destes desafios:

- a) Para alcançar o empoderamento é fundamental que as mulheres enfrentem a subalternidade histórica que marca o gênero feminino, reforçada em muitas culturas;
- b) O individualismo que mulheres e homens são sujeitos também requer ser desconstruído e questionado, para que seja possível a construção do coletivo e o comprometimento com os outros/as;
- c) A apreensão dos conhecimentos, a valorização do saber, a autonomia, o empoderamento são processos constituídos por diferentes ritmos, recebendo interferência histórica, cultural, étnica, política e da trajetória de cada pessoa e grupo;
- d) Para que o empoderamento ocorra em sua amplitude é mister combater o isolamento político, buscando fortalecer as redes de cooperação, que garantem a sustentação do movimento da Economia Solidária;
- e) O empoderamento nas iniciativas solidárias requer superar a busca de trabalho e renda apenas para a subsistência, procurando a politização dos espaços produtivos e decisórios;
- f) Apresenta-se também como desafio o desenvolvimento de uma visão feminista na Economia Solidária, valorizando as subjetividades, os vínculos, as relações e a participação de homens e mulheres (OLIVEIRA, A. L, 2004: 78).

Ao falar de empoderamento, não nos restringimos apenas à questão financeira ou econômica, mas sim de desconstruir os entraves psicológicos, sociais e políticos já estabelecidos, de finalmente trazer princípios para elas, de transmiti-las novas atribuições que lhes foram negadas, de promover uma reconstrução de valores na cultura vigente.

A jornada dupla que acomete muita das mulheres de comunidades tradicionais, além de ser desgastante e não reconhecida, não gera para elas nenhum retorno para elevar sua auto-estima ou aumentar a sua autoconfiança, de acreditar que aquilo que ela gera diariamente pode concedê-la o direcionamento de suas vidas.

6 Discussão

Por meio de observações realizadas na localidade, foram pontuados diversos problemas relatados pelos moradores. O diagnóstico rural participativo mostrou as carências e pontos positivos.

O sucesso da economia solidária no Moinho depende de inúmeras variáveis,

tais como a conscientização, iniciativas dos cidadãos e estrutura para alcançar seus objetivos. Há problemas de cunho estrutural que impedem que estes planos realmente se tornem reais.

Potencialmente a horta comunitária pode estar ameaçada, os terrenos foram cedidos e pertencem à fazendeiros que se sensibilizaram com as carências dos seus semelhantes, futuramente podem requisitar o retorno da propriedade como ocorreu em um outro momento.

Cada um trata do seu esgoto como bem entende. A título de exemplo, ainda usam-se fossas, entretanto o buraco não é preparado adequadamente para os dejetos gerados nas residências, é apenas uma estrutura aberta para o escoamento destes rejeitos sem tratamento ou destinação adequada.

A partir dos conhecimentos medicinais e tradicionais, constata-se diversos pontos positivos para a melhoria da qualidade de vida da população, pois os valores ambientais se encontram arraigados no seu modo de viver, sem que percebam o valor e a sistematização destes conhecimentos pela ciência moderna.

7 Considerações Finais

Este trabalho foi realizado com uma comunidade bastante receptiva, em que houve muita abertura para a consolidação da pesquisa. Em todos os momentos de necessidade e de acesso a algum lugar do bairro, houve colaboração das pessoas para a melhor compreensão e funcionamento do local.

Para que as ferramentas da economia solidária tornem-se realidade, é necessário investimentos na educação local, melhorias em infraestrutura e valorização da cultura regional. Restringir-se apenas à sensibilidade ambiental e comunitária dos seus membros não irá melhorar o bem estar coletivo do povoado, Faz-se necessário com uma articulação com esferas superiores do poder público.

Os valores socioambientais estão intensamente relacionados com as práticas e modos de vida das comunidades tradicionais. Os nativos vivem em comunhão com a natureza e beneficiam-se desta relação uma vez que a escassez destes recursos é iminente, caso não haja preservação destes.

A realidade dos moradores e a estabilidade da sua cultura em conjunto com o apego a terra em que vivem os impedem de sair da região. O meio urbano alheio a

seu modo de viver apenas os puniria com marginalização e estigmatização. É por isso que incentivar e apoiar as práticas laborais das mulheres deste povoado com políticas públicas de educação ambiental e geração de renda contribuiria para estimular e estruturar uma dada economia solidária ambiental que repousaria nos saberes e fazeres socioambientais das mulheres do Cerrado.

8 Referências

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.: il.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA, 007.50 p.:il. color. (Série Biodiversidade 7), 2007.

CRUZ, K. C. M. S.; VALENTE, A. L. E. F. . **Produção familiar, agronegócio e desenvolvimento local sustentável em área remanescente de quilombo um estudo de caso na comunidade Kalunga.** In: XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. Anais do XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural, 2004. p. 487-487. -

CRUZ. Tânia Cristina da S. **Qual o seu trabalho mulher? Mulheres empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. 2001. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n.39, p. 181-211, jul./dez. 2003

GRITO, Marcos. **Meio Ambiente e Economia Solidária: Uma Outra Realidade.** Em:
<<http://ecofoliasolidaria2013.blogspot.com.br/2013/02/meio-ambiente-e-economia-so>

[lidaria-um.html](#)> Acesso em: 24 de Junho de 2013

GONÇALVEZ, Lucas Manuel Nunes; OLIVEIRA, Cleiton da Silva. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**. Universidade Estadual de Goiás: UnU – Ipameri, Junho de 2001.

KÜCHEMANN A. B. **Estratégias de Sobrevivência de mulheres no setor Informal urbano**. In: KOHIHEPP, Gerd (coord.) Brasil: Modernização e Globalização. Madrid: Biblioteca Iberoamericana/ Frankfurt A. M.: 2000.

LARANJEIRA, Nina Paula; MEIRELES, Cristiane da Costa; GASPARINI. (Org.). **Povoado do Moinho: Alto Paraíso de Goiás**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros, 2012. 32.p ; 15 cm (Coleção Riquezas da Chapada dos Veadeiros; 3).

MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes de Colaboração solidária**. Junho/2005.

MORAIS, Édson Elias ;LANZA, Fabio. **Economia Solidária: uma alternativa à relação de exploração capitalista**. In: VIII SEPECH - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2010, Londrina. Caderno de Resumos do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - SEPECH. Londrina: UEL, 2010. v. 1. p. 36-36.

NOGUEIRA, M. C. R. . **Povos do Cerrado: características gerais e desafios comuns**. In: Dieter Gawora; Rômulo Soares Barbosa; Maria Helena de Souza Ide. (Org.). Povos e comunidades tradicionais no Brasil. 1ed.Montes Claros: Editora Unimontes, 2011, v. 1, p. -.

OLIVEIRA, A. M. G. ; AQUINO, A. M. de ; CASTRO NETO, M. T. de. **Compostagem caseira de lixo orgânico doméstico**. 2005 (Circular Técnica 76).

OLIVEIRA, A. L. . **O Processo De Empoderamento De Mulheres Nos Empreendimentos de Economia Solidária**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis 2004.

EDITAL PROBIO 02/2004, Mapeamento de Cobertura Vegetal do Bioma Cerrado. Brasília. Junho de 2007. Disponível em <http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/cerrado/documentos/relatorio_final.pdf> Acesso em 10 de Julho de 2013

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos . **Socioeconomia Solidária: propostas e perspectivas**. In: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; PINTAGUARI, Sinival Osório. (Org.). Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional. 1ed.Londrina: Eduel, 2010, v. 1, p. 01-24.

SARAIVA, R. C. F. . **Modernidade brasileira e o rompimento com as tradições**. Universitas. História (UNICEUB) (Cessou em 2001), Brasília, v. 1, p. 117-134, 2001.

SARAIVA, R. C. F. ; Monica C.R. Nogueira ; CRUZ, T. C. S. ; RIVERA, R. . **Saberes e fazeres tradicionais do Cerrado: sabão de tingui (Magonia pubescens)**. Brasília, DF: Decanato de Extensão, Universidade de Brasília, 2012 (Cartilha).

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, F. D. M. ; Araujo, L. S. ; NOGUEIRA, M. C. R. . **Águas que Correm pelo Moinho: A Gestão Dos Recursos Hídricos numa Comunidade Rural na Chapada Dos Veadeiros**. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

SILVA, C. B. . **Chapada Dos Veadeiros: Uma Utopia Em Construção Ou Um Novo Discurso Para Velhas Praticas**. In: Duarte, L.M.G; Braga, M.L.S. (Org.). Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998, v. , p.

TRINDADE, Carina Carreira . **Sementes Crioulas e Transgênicos, Uma Reflexão Sobre Sua Relação Com As Comunidades Tradicionais..** In: XV Congresso Nacional do Conpedi, 2006, Manaus, 2006.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Revisão e Adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006 62 p: il.

9 Apêndice A

Questionário para a Avaliação da Percepção Ambiental

Perfil

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Renda/Ocupação:

Esposo/Parceiro: _____ Fazeres: _____

Esposa/Parceira: _____ Fazeres: _____

Quantidade de Filhos: _____ O que fazem: _____

O que faz

Rotina de Trabalho:

Horas em Casa:

Horas no trabalho:

Dificuldades

() Renda () Informação/Educação () Apoio Comunitário () Mobilização

() Infraestrutura () Educação () Apoio do Pastor Local () Acesso a bens e serviços

Lideranças

Quem são as lideranças da comunidade?

Quais os papéis socioambientais dos homens e mulheres na comunidade?

Produção

Como é realizada a produção de alimentos da comunidade?

- Sem agrotóxicos Preparo dos alimentos Venda do excedente
Compostagem
 Venda ou Compra de sementes

Como se dá a Gestão da água?

- Poço artesiano Fossa Prepara a água para as necessidades básicas Há
tratamento dos dejetos humanos

Com é realizada a coleta do lixo da comunidade?

- Há coleta de lixo Há coleta seletiva A comunidade trata seu
próprio lixo

Futuro

O que pode ser diferente?

Quais os planos da sua comunidade?
